

Do neoliberalismo ao desenvolvimentismo: uma análise das políticas econômicas no Brasil dos anos 1990 aos anos 2000

From neoliberalism to developmentalism: an analysis of the economic policies in Brazil from the 1990s to the 2000s

Adriana Vassallo Martin^a

Eduardo Mendes Callado^b

Paulo Henrique Furtado de Araujo^c

Resumo: O artigo realiza breve figuração inicial das políticas econômicas adotadas, pelos governos brasileiros, entre a última década do século XX e a primeira do século XXI. Explora a hipótese de que a adoção de políticas econômicas desenvolvimentistas propiciou a articulação entre crescimento econômico e a criação de condições de inclusão social. Contrapondo o período marcado pela adoção de políticas econômicas neoliberais – governos Collor e Fernando Henrique – e o período marcado pela adoção de políticas desenvolvimentistas – governos Lula – apresenta os resultados sobre o crescimento econômico, geração de emprego, distribuição de renda etc. enquanto indicações possíveis da eficácia destas políticas para a referida articulação.

Palavras-chave: Economia Brasileira; Governos Lula; Governos FHC; Neoliberalismo; Desenvolvimentismo.

Classificação JEL: E65; O23; O54.

Abstract: The article presents a brief initial figuration of the economic policies adopted by the Brazilian governments between the last decade of the 20th century and the first decade of the 21st century. It explores the hypothesis that the adoption of developmental economic policies provided the link between economic growth and the creation of conditions for social inclusion. Contrasting the period marked by the adoption of neoliberal economic policies – Collor and Fernando Henrique governments – and the period marked by the adoption of developmental policies – Lula governments – presents the results on economic growth, job creation, income distribution etc. as possible indications of the effectiveness of these policies for the aforementioned articulation.

Keywords: Brazilian Economy; Lula Governments; FHC Governments; Neoliberalism; Developmentalism.

JEL Classification: E65; O23; O54.

^a Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: adriana_h_dvm@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0003-0649-2213.

^b Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: eecallado@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-5917-0771.

^c Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, membro do NIEP-Marx-UFF e Coordenador do GEPOC-UFF. E-mail: phfaraujo@id.uff.br. ORCID: 0000-0003-1454-4888.

1. Introdução

Uma questão de extrema importância para todos os que se ocupam do estudo da economia brasileira é a que trata das condições necessária para a obtenção do crescimento econômico com inclusão social. O artigo oferece, de forma breve, uma figuração inicial das políticas econômicas adotadas na última década do século XX e na primeira década do século XXI, pelos governos que se sucederam no comando do Poder Executivo do Estado brasileiro. O objetivo do esboço inicial aqui apresentado é explorar a hipótese de que a adoção de políticas econômicas desenvolvimentistas propiciou a articulação entre crescimento econômico e a criação de condições de inclusão social. Através do contraponto entre o período marcado pela adoção de políticas econômicas neoliberais – governos Collor e Fernando Henrique Cardoso – e o período marcado pela adoção de políticas desenvolvimentistas – governos Lula – apresenta os resultados, por eles obtidos, do crescimento econômico, da geração de emprego, distribuição de renda etc. enquanto indicações das consequências de tais políticas para a citada e desejada articulação.

Ao longo do texto evidenciamos a compreensão de que o capitalismo brasileiro, sob certas circunstâncias externas e internas, foi capaz de expandir-se garantindo, ainda que temporariamente, a inclusão de parcelas substantivas da população brasileira no mercado consumidor formal. Decorre que o artigo pretende indicar as situações, no passado recente, em que isso se verificou e, desse modo, prospectar as condições objetivas e subjetivas nas quais poder-se-ia repetir esse movimento. O que significa dizer que esse é o primeiro resultado de uma pesquisa em andamento.

2. Um breve histórico

Da Segunda Guerra Mundial até o fim da década de 1970, a condução da política econômica brasileira foi marcada por um período de hegemonia das ideias desenvolvimentistas. O modelo de crescimento seguido nesse período teve um papel decisivo do Estado com a implementação de políticas de curto prazo, baseadas no fortalecimento do mercado interno e em políticas de longo prazo apoiadas no esforço concentrado de industrialização pesada, através da articulação entre capitais nacionais e internacionais.

A opção pelo crescimento ao longo desse período realizada pelos *policymakers* estava baseada na ideia de que o crescimento reduziria as desigualdades estruturais do país. A partir dos anos 1980, entretanto, o discurso homogeneizador era de que com a estabilidade macroeconômica se obteria a redução das desigualdades. A condução da política econômica e de qualquer outra forma de intervenção estatal na atividade nesse período vem responder à crise que se instaura na economia na década de 80.

Os anos 1990, no entanto, essa percepção se alia a chegada e hegemonia das ideias neoliberais no Brasil, e a implementação do receituário de políticas neoliberais leva ao desmonte institucional dos instrumentos de regulação e intervenção do Estado

Desenvolvimentista, ao desmonte de uma parte expressiva das cadeias industriais e de boa parte das infraestruturas construídas entre os anos 1950 e 1980.

Novamente, nos anos 2000, a trajetória da política econômica brasileira sofre uma inflexão com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, com o retorno das ideias desenvolvimentistas ou pela opção pelo crescimento, com centralidade da participação do Estado na condução da economia, apesar, de, no início do seu primeiro mandato, haver um contínuo na implementação de políticas macroeconômicas ortodoxas, com adoção de política monetária e fiscal restritivas.

2.1. A busca da estabilização da economia nos anos 1980

O Brasil, na entrada dos anos 1980, esteve submetido a um conjunto de restrições econômicas provenientes dos choques externos do petróleo e dos juros internacionais, da queda dos preços das *commodities* e do afastamento do país do sistema financeiro internacional de recursos. Entre as restrições evidenciam-se: a crise da dívida externa, a exacerbação do processo inflacionário e o esgotamento das finanças públicas. Desta forma, a década de 1980 inaugura uma fase de crescente instabilidade e estagnação econômica, sendo conhecida por isso como “década perdida”.

Os dilemas impostos à retomada do crescimento econômico acabaram por levar a uma reversão na orientação das políticas econômicas dos governos na década de 80: da opção pelo crescimento para a busca da estabilização da economia como meta principal. Vários planos de estabilização foram implementados neste período: Plano Cruzado – 1986; Plano Bresser – 1987; Plano Verão – 1989. À medida que se sucediam os planos de estabilização monetária e seus respectivos fracassos, avançavam as interpretações sobre o cenário de instabilidades vivido pela economia brasileira.

As interpretações dominantes no meio acadêmico sobre o cenário de instabilidade vivido pela economia brasileira tinham como fonte os fundamentos originados na ortodoxia neoclássica - críticos à intervenção do Estado promovida no período desenvolvimentista. O discurso era de que a intervenção excessiva do Estado na economia promovida no período desenvolvimentista, de inspiração keynesiana, distorcia os preços relativos e a alocação de recursos, o que desestimulava o investimento privado interno e externo. Acreditava-se que recolocar o mercado na posição de agente ótimo da alocação de recursos resolveria as questões complexas da economia brasileira quanto à conquista da eficiência econômica, à modernização da organização industrial, à melhoria da gestão das empresas e à superação das deficiências tecnológicas apresentadas em contraposição a um modelo identificado como protecionista.

Apesar do fato de as políticas econômicas implementadas, a partir de meados da década de 1980, terem como meta principal a estabilização da economia, a preocupação com o desenvolvimento econômico só é definitivamente engavetada e substituída pela velha retórica da estabilização com mercados desregulados, globalizados e competitivos nos anos 1990. Portanto, a adesão definitiva dos governantes brasileiros aos preceitos liberais só acontece uma década depois de alguns países já implementarem essa política.

3. A Política econômica nos anos 1990 – os governos Collor e FHC

Os anos 1990 são marcados pela mudança de paradigma no que se refere ao papel desempenhado pelo Estado na economia com a superação do modelo de desenvolvimento comandado pelo Estado e baseado na substituição de importações, desde os anos 1930 até os anos 1980. Em linhas gerais, a política econômica implementada no decorrer da década de 1990 segue uma linha ortodoxa, e pode ser resumida em três medidas de ajuste:

1. A liberalização comercial e financeira aliada à negociação da dívida externa;
2. Os programas de estabilização de preços com base na âncora cambial;
3. A redução do tamanho do Estado através de medidas de ajuste fiscal e privatizações.

A política de abertura comercial e financeira implementada no início da década 1990 foi considerada fundamental para o alcance da estabilização no período do Plano Real, posto que:

- a) Possibilitou o aumento da oferta de bens importados no mercado interno;
- b) Ampliou a entrada de capitais externos necessários para financiar a elevação das importações;
- c) Ampliou o nível de reservas necessário para sustentar uma política ancorada na valorização da moeda nacional;
- d) Favoreceu a implementação do programa de privatizações.

A manutenção dessa orientação na política econômica e a obtenção da estabilidade de preços, a partir de 1995, fez com que a inflação deixasse de ser um entrave ao crescimento. No entanto, o crescente desequilíbrio fiscal e externo, especialmente a partir de 1997, com a crise financeira dos países asiáticos, exigiu a manutenção de uma política de juros altos.

Apesar da política de juros altos, adotada como instrumento de atração de capitais, a ocorrência de sucessivas crises financeiras que se sucederam no mercado internacional, além de levar a crescentes ataques a moeda nacional¹, abalou a confiança dos investidores estrangeiros em mercados considerados emergentes. O resultado foi a diminuição sensível da entrada de capitais externos que, na verdade, se constituía como base de apoio central da política macroeconômica de estabilização.

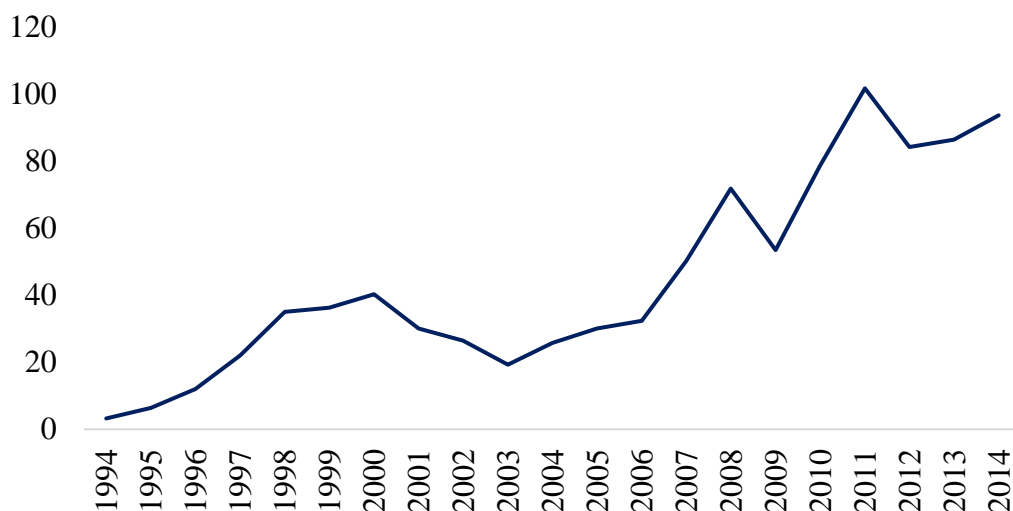
Até 1999, as políticas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso apresentaram características bem definidas: rápida expansão da demanda interna por produtos importados, sustentada por taxas de câmbio valorizadas (apesar da manutenção de uma política monetária restritiva de juros altos e crédito escasso) e crescentes

¹ Ataque promovido por meio da venda ostensiva da moeda nacional feita por investidores que pretendem forçar o governo a promover uma desvalorização.

desequilíbrios na balança comercial que, até determinado momento, foram financiados pela entrada de capitais externos.

Veja no Gráfico 1 abaixo a evolução da entrada de investimento direto estrangeiro no Brasil no período 1994/2002. O aumento desse volume a partir de 1994; uma retração no período 1997-1999 por conta das crises financeiras internacionais (crise na Ásia -1997 – e crise na Rússia – 1998), voltando a crescer a partir de 1999. Nos anos 2000, com a crise da Argentina, novamente há uma retração da entrada de capitais estrangeiros no país.

Gráfico 1: Investimento Direto Estrangeiro (bilhões US\$)



Fonte: Banco Central do Brasil.

No início de 1999, diante dos sucessivos ataques especulativos à moeda nacional, e da dificuldade do Banco Central em controlá-los, cresce o temor do governo com a volta da instabilidade cambial e do retorno à inflação. O governo passa adotar, então, um regime de taxas de câmbio flutuante e um regime de “metas inflacionárias”.

Com a implementação do regime de metas de inflação, o Banco Central passa a conduzir a política monetária com um único objetivo: o de cumprir a meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário Nacional.

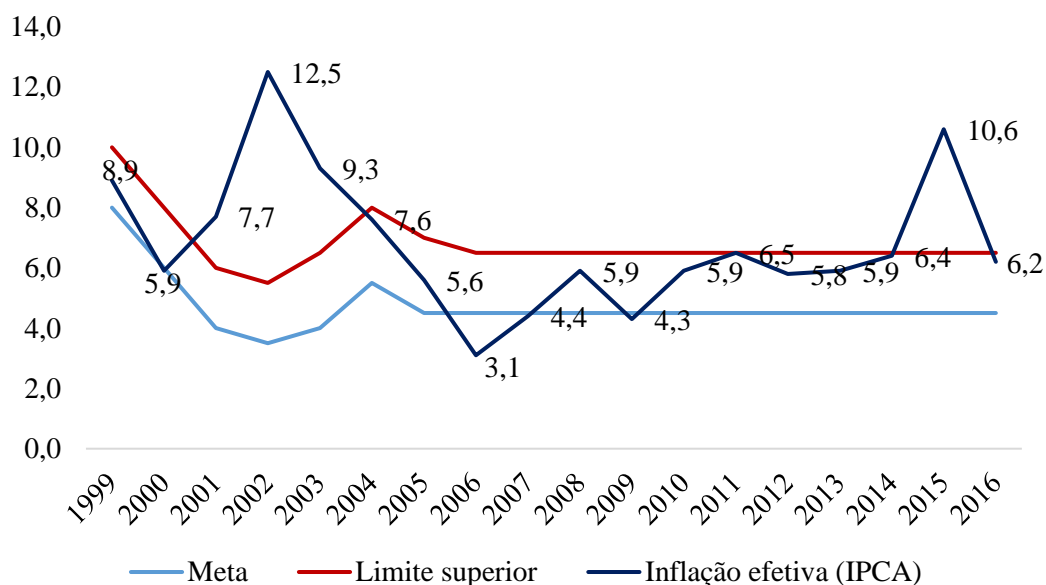
Os defensores do regime de metas inflacionárias acreditam que a política monetária não afeta de forma duradoura o nível de atividade econômica (o emprego e o produto). Da mesma forma que acreditam na superioridade da política monetária sobre a política fiscal. Isto quer dizer que a política fiscal deve estar submetida à política monetária. Como consequência, o governo deve perseguir o ajuste fiscal através da geração de superávits primários com o objetivo de reduzir a relação dívida pública/PIB. O que está implícito no diagnóstico que preconiza tal medida é que um descontrole da política fiscal, ao gerar

déficits orçamentários, pode levar a um consequente descontrole da oferta monetária pelo Banco Central; e este descontrole levar a um recrudescimento da inflação.

No Gráfico 2 abaixo podemos verificar a evolução da taxa de inflação medida pelo IPCA no período 1999 a 2013 (linha cinza). A linha vermelha mostra o teto do intervalo de tolerância, e a linha em azul a meta para o período de 1999 a 2016.

É possível constatar, através do gráfico, que o centro da meta oscilou de 8%, em 1999, a 3,5%, em 2003, até estabilizar-se em 4,5%, a partir de 2005. No período 2001 a 2004, o IPCA-IBGE superou o teto estabelecido. Nos anos 2006, 2007 e 2009, o índice ficou abaixo do centro da meta. Nos demais anos (2008 e 2010), o comportamento da inflação, mesmo acima da meta, esteve dentro do limite estipulado.

Gráfico 2: Metas de inflação, limite superior e IPCA (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil.

4. Consequências da política macroeconômica baseada no tripé: meta inflacionária, câmbio flexível e superávit primário

A partir de 1999, o conjunto de estratégias de política econômica, tais como meta inflacionária, câmbio flutuante e superávit primário, passam a ser os pilares de um modelo de política macroeconômica de curto prazo com vistas a garantir a estabilidade de preços. Podemos dizer, no entanto, que o uso dessas orientações praticamente inviabiliza a utilização de políticas que busquem estimular o crescimento da economia, principalmente por causa de dois motivos. Primeiro porque ao deixar o câmbio flutuar livremente no mercado significa que o governo está renunciando a uma política de taxa

de câmbio competitiva como estratégia de desenvolvimento econômico, principalmente em se tratando de uma economia emergente.

O comportamento do câmbio, ao impactar a dinâmica dos preços internos vis-à-vis aos preços internacionais, altera a competitividade do segmento produtivo nacional, tanto o ligado ao setor externo – setor exportador (taxa cambial depreciada encarece os preços dos produtos exportados), como o ligado ao setor interno, que passa a sofrer uma competição que pode levar ao desmonte total ou parcial das cadeias produtivas de alguns segmentos.

Na direção oposta, e para evitar tais efeitos, a condução da política macroeconômica de muitos países emergentes confirma a importância do uso da política cambial como instrumento de ampliação das exportações, como tem sido o caso da China.

Segundo, porque ao manter uma política de juros altos com o objetivo de trazer a inflação para o centro da meta, além de não surtir o efeito esperado sobre a redução dos preços, quando as pressões sobre a inflação são provenientes de choques de oferta e de variações nos preços administrados (preços insensíveis às variações na demanda), provoca uma série de distúrbios prejudiciais e contrários a qualquer política que vise o crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, uma política de juros altos agrava o déficit nominal do setor público, posto que aumenta a parcela dos juros da dívida paga, dificultando a redução na relação dívida/PIB²; eleva a entrada de capitais externos, posto que não há barreiras a livre movimentação de capitais no Brasil, o que valoriza a moeda nacional e provoca os impactos relatados acima; aumenta a rentabilidade dos ativos financeiros de maior maturidade, o que reduz o elenco de projetos de investimentos capazes de suplantarem os juros elevados pagos por aqueles ativos; e, aumenta as exigências de metas de superávit primário como meio de combater a elevação da relação dívida/PIB.

A ortodoxia insiste em considerar que a causa central dos motivos para a elevação do pagamento dos juros da dívida está, prioritariamente, no desequilíbrio das contas públicas quando pode ser exatamente o contrário: a causa central do desequilíbrio das contas públicas está, prioritariamente, na elevação do pagamento dos juros da dívida. A inversão da causalidade entre desequilíbrio das contas públicas e o aumento das taxas de juros impõe ao governo uma ditadura sobre seus gastos correntes e de capital que acabam engessando a capacidade do Estado direcionar seus gastos para projetos considerados prioritários para o bem-estar da sociedade, e adotar políticas de estímulo ao crescimento.

Torna-se importante perceber que há uma ligação estreita entre resultado primário, resultado nominal, e relação dívida/PIB. O resultado nominal depende tanto do resultado primário, quanto do pagamento dos juros da dívida. Assim como os dois (o resultado primário e o nominal) e a relação dívida pública/PIB dependem da taxa de crescimento. Portanto, uma elevação dos juros aumenta o déficit nominal anulando, às vezes, o esforço

² A dívida líquida do setor público, de uma trajetória de aumento desde 1994, alcançando o patamar de 54,08% do PIB, em dezembro de 2003, recua para 47,3% do PIB em dezembro de 2006. Em dezembro de 2013, ela recua para 33,62% do PIB. (Dados do Banco Central do Brasil e IPEADATA).

que o governo faz para reduzir as despesas públicas. Outra consequência do aumento dos juros é pressionar negativamente o consumo e o investimento, diminuindo, assim, a atividade econômica. Esta redução provoca uma queda na arrecadação e aumenta a relação dívida pública/PIB (pelo aumento dos juros e pela queda no PIB – pela combinação de aumento dos gastos e queda das receitas).

Sumariando a argumentação acima: a elevação da taxa de juros na economia reduz a demanda agregada, na medida em que reduz investimentos e consumo, gerando efeitos negativos sobre o PIB, aumenta o déficit público nominal (pela elevação dos juros), aumenta a relação dívida pública/PIB (pela ampliação do déficit nominal e o baixo crescimento do PIB), valoriza a taxa de câmbio, deteriora as relações comerciais e o resultado do balanço de pagamento em conta corrente.

Desta forma, o binômio “taxas de juros elevadas e taxa de câmbio valorizada”, resultado da política macroeconômica baseada no tripé – meta inflacionária, câmbio flexível e superávit primário – prejudicam a competitividade da economia nacional, os investimentos produtivos, a diversificação produtiva, além de enfraquecer a situação do balanço de pagamentos e as contas públicas. Ou seja, dificulta a adoção de qualquer política que estimule o crescimento, dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

5. A Política econômica de 2003 a 2010 – os governos Lula

No início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia um cenário de inflação alta, acima dos dois dígitos, baixo crescimento e muita incerteza em relação ao governo que se iniciava. Nessa conjuntura, a política macroeconômica adotada pelo governo Lula seguiu a mesma orientação do governo anterior, centrada no compromisso de assegurar o controle dos preços, prioritariamente, mantendo a orientação em termos tanto de política monetária quanto fiscal, no período de 2003 a 2005. O cerne da política monetária continuou sendo o regime de metas de inflação, monitorado pela taxa de juros. Na política fiscal, manteve-se a meta de superávit primário acordada com o FMI, em torno de 4% do PIB, e, com relação a política cambial, manteve-se o regime de taxa de câmbio flutuante.

Com relação a conjuntura internacional, esse período foi marcado pelo aumento no preço das commodities, pela redução na taxa de juros internacional e um aumento no crescimento da economia mundial.

Com o aumento da diferença entre as taxas de juros interna e externa há a possibilidade do aumento da entrada de divisas estrangeiras no país, via conta de capital. Essa entrada de dólares levou a uma valorização na taxa de câmbio, que barateou os bens importados e contribuiu para o controle da inflação.

O câmbio valorizado prejudica o segmento exportador com o aumento dos preços dos produtos nacionais no exterior, e reduz o valor em real (R\$) por produto exportado em dólar estadunidense (US\$). No entanto, o aumento no preço das *commodities* acabou compensando esses dois efeitos, gerando um resultado favorável ao setor exportador.

A manutenção da política macroeconômica arrimada no já citado tripé – câmbio flutuante, meta inflacionária e superávit primário – não impediu que o governo do Presidente Lula adotasse fortes mudanças nas políticas sociais, dado que um dos principais compromissos assumidos pelo governo era o combate à fome. O Programa Fome Zero foi um dos principais programas adotados no âmbito dos programas sociais de transferência de renda. O que se verifica é que mesmo mantendo superávits primários, o governo consegue manter uma política robusta de transferência de renda, e um crescimento econômico no período 2004 a 2010, com exceção de 2009, em função do impacto da crise mundial. O crescimento anual médio desse período foi de 4,5% do PIB. Se excluirmos o ano de 2009, a média sobe para 5,3%.

A partir de 2006, com a mudança do ministro da fazenda Antônio Palocci para Guido Mantega, inicia-se uma alteração de rota na condução da política macroeconômica brasileira, rumo à aceleração das taxas de crescimento, favorecida pela ampliação dos fluxos de comércio com o conseqüente aumento do nível de reservas cambiais³. Desde então, as taxas de crescimento anual do PIB experimentam um processo de aceleração contínuo, apoiado no consumo das famílias sob o efeito das políticas de renda mínima, de valorização do salário mínimo e na ampliação do acesso ao crédito e ao consumo.

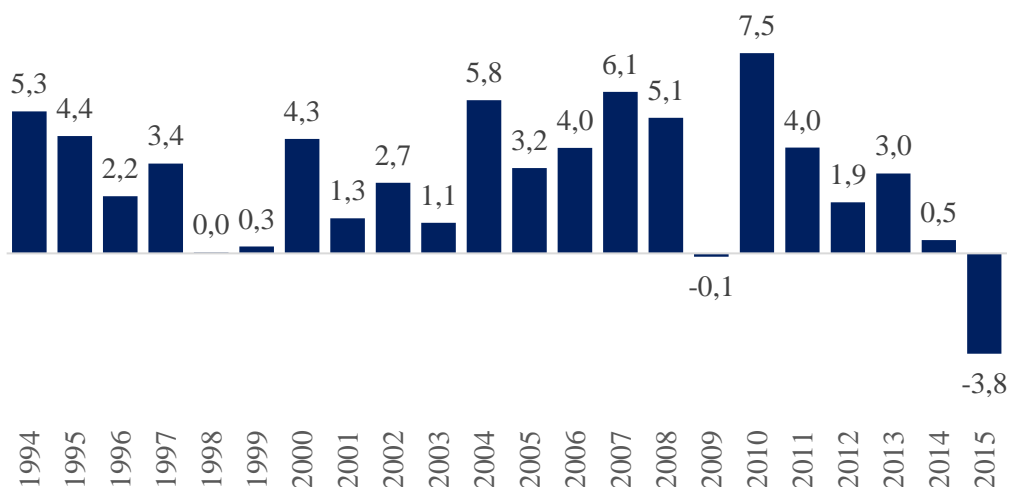
Cabe ressaltar, entretanto, que o sistema de metas de inflação, não só foi mantido, como a inflação ficou dentro das margens estabelecidas. O que ocorreu foi que, se por um lado, houve aumento do gasto público, por outro, houve aumento também da receita do governo, que arrecadou mais por causa do crescimento do produto. Isso criou um círculo virtuoso, com o aumento dos gastos e o aumento da arrecadação andando juntos.

A política de aumentos reais do salário mínimo teve um forte impacto no sistema previdenciário. O governo aumentava o salário mínimo todo ano pela variação da inflação somado a variação do PIB. Como o sistema previdenciário brasileiro é baseado no salário-mínimo, o resultado foi um aumento real de renda para uma parcela expressiva da população brasileira. Esse aumento de renda entre os mais pobres, que têm alta propensão marginal ao consumo, ajudou a alavancar o crescimento do PIB.

Desta forma, especialmente após 2006, o governo não só aumentou os seus gastos com consumo e com as transferências sociais, como aumentou também os gastos com investimento, principalmente em infraestrutura. Esse aumento foi realizado pelo governo federal e pelas empresas estatais, como Petrobrás, Eletrobrás e outras. Portanto é inegável que o crescimento da economia durante o governo Lula, especialmente após 2006, foi resultado de uma política fiscal mais expansionista.

A continuidade deste processo, no entanto, esbarrou nos efeitos da crise internacional, no último trimestre de 2008. Veja o Gráfico 3 que apresenta a taxa de crescimento do PIB no período 1994 a 2015.

³ A valorização do real durante todo esse período, com exceção do ano de 2008, por causa da crise, e o diferencial de juros interno e externo, resultou em um aumento da quantidade de reservas internacionais, que levou o país, a partir de 2006, a ter uma dívida externa líquida negativa. Acabando, assim, com a fragilidade externa da economia brasileira.

Gráfico 3: Taxa anual de crescimento do PIB (em %)

Fonte: IBGE – Estatísticas do século XX e Sistema de Contas Nacionais.

Os principais efeitos da crise financeira ocorrida em 2008 recaem sobre a redução do crédito. Apesar de nos três primeiros trimestres de 2009 haver recessão, o país fechou o ano com um crescimento reduzido em 0,1 %, mas o país volta a crescer fortemente no ano seguinte, 2010, alcançando um crescimento de 7,5% do PIB. Essa recuperação rápida foi o resultado de uma política deliberada de reativação das fontes de financiamento por meio dos bancos públicos. Portanto, o país mostrou uma reação a essa crise muito melhor e mais rápida do que o resto do mundo.

Com a extensão da crise econômica para os países europeus e o receio dessa crise afetar o país, o debate sobre a sustentação do crescimento, no seio do governo, voltou à cena. Esse debate resultará numa política macroeconômica deliberada de contenção dos juros e expansão do crescimento. Tanto os juros nominais quanto o resultado nominal apresentaram uma tendência de redução como proporção do PIB, possibilitando a redução da dívida líquida do setor público – DLSP. Isto porque a proporção entre dívida líquida e PIB está diretamente relacionada aos efeitos da política monetária. Enquanto a política fiscal é geradora de resultado primário positivo que reduzem o endividamento. Os gastos públicos aumentam endogenamente a receita do governo, com efeito multiplicador sobre o PIB.

Tabela 1: Necessidade de Financiamento do Setor Público, DLSP e fatores condicionantes (em % PIB)

Ano	Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal	DLSP
2003	-3,2	7,6	4,4	54,3
2004	-3,2	8,4	5,2	50,2
2005	-3,7	6,6	2,9	47,9
2006	-3,2	6,7	3,6	46,5
2007	-3,2	6,0	2,7	44,5
2008	-3,3	5,3	2,0	37,6
2009	-1,9	5,1	3,2	40,9
2010	-2,6	5,0	2,4	38,0
2011	-2,9	5,4	2,5	34,5
2012	-2,2	4,4	2,3	32,2
2013	-1,7	4,7	3,0	30,5
2014	0,6	5,4	6,0	32,6
2015	1,9	8,4	10,2	35,6

Fonte: Banco Central do Brasil.

Sumariando, os níveis de pobreza e pobreza extrema no Brasil caem durante todo o governo Lula, a exceção do primeiro ano, caindo inclusive no período que o país sofre com a crise mundial.

O crescimento econômico do governo entre os anos 2004 e 2010, excetuando o seu primeiro, 2003, e o ano de 2009, foi, em média, de 4,5% do PIB ao ano, bem superior ao crescimento médio anual do PIB dos últimos vinte anos. Durante esse período foram criados um pouco mais de 10 milhões de novos postos de trabalho formais. O consumo das famílias, por ano, em média, cresceu um pouco mais do que 5% nesse período (2004 a 2010). É importante ressaltar que para o crescimento da economia brasileira o consumo das famílias é um dos elementos mais importantes. Nesse sentido houve aumento dos salários reais na economia, puxados principalmente pelo crescimento real do salário mínimo no período. Cabe aqui destacar que também houve um aumento nos salários do setor público, que também influenciou no aumento do consumo das famílias, e, conseqüentemente, no aumento demanda efetiva.

Neste período o Brasil, como um grande país, de grande extensão territorial e uma grande população, apresentava um grau de abertura da economia brasileira bastante pequeno⁴, sendo, portanto, o mercado interno o principal responsável pelo crescimento econômico do país.

⁴ “De acordo com as medidas tradicionais de penetração comercial no nível macro (participação das exportações e importações no PIB), o Brasil é uma economia extremamente fechada. No país, essa proporção era de apenas 27,6% em 2013 – uma das mais baixas no mundo. Notavelmente, a abertura comercial do Brasil está muito

5.1. Políticas desenvolvimentistas no governo Lula

Com a entrada do governo Lula e a inflexão da política econômica, depois de duas décadas de hegemonia da política de controle inflacionário de cunho ortodoxo, o retorno à preocupação com o desenvolvimento econômico ressurgiu no debate econômico. Duas interpretações sobre o processo de desenvolvimento começaram a ser discutidas:

De um lado, a corrente de pensamento denominada de social-desenvolvimentismo, defendia uma política salarial baseada no aumento do salário mínimo para aumentar a renda dos extratos mais pobres da população; defendiam, também, transferências sociais para a redução da pobreza e da pobreza extrema no país. O estímulo ao consumo, através do aumento do crédito, era uma proposta dessa corrente de pensamento; além disso, o investimento público tinha um papel fundamental, junto à outras políticas para aumentar a demanda agregada e estimular o investimento privado, como as políticas industriais e o financiamento subsidiado, através dos bancos públicos, serviriam para estimular o investimento.

A outra corrente de pensamento do desenvolvimentismo do século XXI foi a do novo-desenvolvimentismo, que defendia uma taxa de câmbio para garantir a competitividade internacional da indústria nacional, subordinando as políticas fiscal e monetária, e as demais, a esse objetivo. Por exemplo, no tocante a política industrial, como um instrumento secundário e complementar, deveria estar voltado, exclusivamente, para as exportações; com relação a questão salarial admitia-se perda de poder de compra, por um determinado período de tempo, pois acreditava-se que, no médio prazo, os salários tenderiam a aumentar o seu poder de compra. No entanto, para evitar pressões inflacionárias, o crescimento dos salários deveria ser acompanhado do aumento na produtividade. Portanto, as políticas redistributivas são uma consequência e não um elemento fundamental para essa corrente de pensamento econômico.

Podemos observar, então, que para os social-desenvolvimentistas o foco principal são as políticas de redistribuição de renda, que levam a um aumento da demanda agregada e a um aumento do investimento privado. Já para os novo-desenvolvimentistas o mais importante é a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, que leva à obtenção de superávits na conta corrente do balanço de pagamentos.

Independentemente do debate sobre as políticas desenvolvimentistas, qual foi a proposta dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob a ótica de propostas de desenvolvimento nacional? Os dados empíricos disponíveis sugerem que as políticas adotadas no período guardam proximidade com as correntes do pensamento econômico que defendiam propostas para o desenvolvimento do Brasil no século XXI.

Nos governos de Lula, como já foi visto aqui, houve um grande aumento do consumo das famílias; esse aumento foi fruto das políticas de transferências sociais, da política de aumento real do salário mínimo e do aumento do crédito. Esse aumento do crédito ao

aquém da de seus pares entre os BRICS, nos quais a proporção do comércio em relação ao PIB chegou a pelo menos 50% nos últimos anos”. (Canuto, O., Fleischhaker, C. e Schellekens, P. 2015, p. 20)

consumo foi consequência da criação, em 2003, da modalidade de empréstimo que ficou conhecida como crédito consignado, no qual os salários dos trabalhadores serviam como garantia para os bancos. Outra medida importante, surgida também em 2003, para as pessoas de baixa renda, foi a permissão, por parte da Caixa Econômica Federal, de abertura de conta-corrente sem a obrigação de comprovação de endereço ou de renda. Com isso, uma grande parcela da população que não tinha acesso ao sistema bancário, passou a ter.

A teoria keynesiana argumenta que em situações em que o investimento privado não é capaz de liderar a retomada do crescimento da economia, deve haver um aumento do investimento público, que, por sua vez, leva a um aumento no emprego e no consumo, que, finalmente, leva a um aumento nos investimentos privados.

No início do governo Lula I, o que se observou não foi o aumento do investimento público. Uma possível explicação para isso, está no fato de que quando assumiu o governo, em 2003, havia um crescimento da inflação, ameaças de fuga de capitais e outras ameaças. Nesse cenário o governo optou por políticas cautelosas, que resultaram no aumento dos superávits primários e no aumento das taxas de juros. Contudo o governo não renunciou às suas propostas sociais e aumentou as transferências sociais; o programa Bolsa Família cresceu de 3,6 milhões de famílias beneficiadas, em 2003, para 12,9 milhões de famílias beneficiadas, em 2010, e houve aumento real do salário mínimo⁵.

O programa Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo, associado ao já referido aumento do crédito para as famílias, através do crédito consignado e, no caso das famílias de baixa renda, através de abertura de conta corrente na Caixa Econômica Federal, geraram um aumento do consumo das famílias, do emprego e do investimento privado.

Se nos três primeiros anos do governo Lula o consumo teve um papel preponderante na explicação do aumento do emprego, da renda e do investimento privado, a partir de 2006 o investimento público passa a assumir o papel preponderante no aumento da renda e do emprego. De 2006 até 2010 houve um grande aumento do investimento público. A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 6,7% em 2006, 12,3% em 2008, decresceu 2,1% em 2009, consequência da crise mundial, mas volta a crescer 17,9% em 2010.

Outro fator preponderante foi o aumento do volume de investimentos através do BNDES, que aumenta de 29 bilhões de reais, em 2006, para 79,6 bilhões de reais, em 2010, ou seja, um aumento de 175%.

Em 2007 o governo lança o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, que foi um programa de investimentos públicos para a execução, principalmente de obras de infraestrutura. De 2007 até 2010 a média da taxa anual de crescimento do investimento do governo foi de 26% e a taxa média anual de crescimento do investimento das estatais foi de 23,5%. Podemos observar que, de 2006 em diante, a proposta keynesiana clássica de aumento do investimento público, para gerar aumento de emprego e de consumo, para resultar em aumento do investimento privado, foi a que prevaleceu no período.

Uma questão muito debatida é a do crescimento ou não da indústria durante os governos Lula. De 2004 até 2010, o crescimento médio anual da indústria brasileira foi de

⁵ Cf. Castro, J.A e Modesto, L. (Org.) (2010).

3,7%, e do PIB de 4,5%. Se excluirmos o ano de 2009, ano da crise mundial, a média da indústria passa para 5,5% e do PIB para 5,3%. Isto quer dizer que o crescimento da indústria ficou próximo do crescimento do país - considerando 2009, fica inferior em 0,8%. Retirando o ano de 2009, fica superior em 0,2%.⁶

Em conclusão, observamos que a grande redução da pobreza e da pobreza extrema, o grande aumento de vagas formais de trabalho (mais de 10 milhões de novas vagas) e o maior crescimento do PIB, desde os anos 1980, se explicam por políticas que se encaixam dentro do receituário keynesiano, e, no debate das políticas desenvolvimentistas do Século XXI. Ou seja, os governos Lula se encaixam dentro das políticas defendidas pela corrente de pensamento econômico denominada de social-desenvolvimentismo.

Conclusão

Na fase de predomínio de políticas desenvolvimentistas, que vai do final da Segunda Guerra Mundial até o ano de 1980, o país vivenciou um constante crescimento do seu PIB, sendo que, em média, de 1946 até 1980, o Brasil cresceu 7,5% ao ano. Durante esse período o país teve os governos de Dutra, Vargas, JK, Jânio, Jango e dos militares. Deve-se ressaltar que mesmo durante os governos militares desse período (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel) as políticas desenvolvimentistas predominaram.

No governo do general João Figueiredo há uma inflexão por causa da crise externa e da alta da inflação, que faz com que o governo abandone as políticas desenvolvimentistas por políticas de ajuste fiscal e monetário visando combater a escalada inflacionária. No ano de 1981 o país sofreu um decréscimo do seu PIB na ordem de 4,3%; Fato semelhante ocorrera somente em 1942 durante a Segunda Guerra Mundial, quando o país teve um crescimento negativo de 2,7%.

Durante os anos 1980, chamada de a década perdida, por causa do seu baixo crescimento, o que se viu foram políticas que privilegiaram o controle da inflação. Durante o governo do Presidente João Figueiredo o que se observou foi um receituário clássico de combate à inflação através de políticas monetária e fiscal contracionista, que levaram o país a dois anos de crescimento negativo, em 1981 (-4,3% do PIB) e 1983 (-2,9% do PIB). Se excluirmos os dois primeiros anos do governo Figueiredo (1979 e 1980), anos em que foram mantidas as políticas desenvolvimentistas, nos anos seguintes, de 1981 a 1984, o país teve um decréscimo de 1% do seu PIB nesse quadriênio, e finaliza o quadrimestre com uma inflação de mais de 200% ao ano.

Nos anos seguintes, no governo do ex-presidente José Sarney, foram adotadas políticas ortodoxas e heterodoxas na tentativa de combate à inflação, materializadas através de planos de estabilização. O primeiro deles foi o Plano Cruzado, em 1986, que congelou preços, salários e câmbio, entre outras medidas; esse plano perdurou por quase todo o ano de 1986 e conseguiu controlar a inflação até o final daquele ano; entretanto, no início do ano seguinte a inflação voltou a subir, o que determinou o fracasso do referido plano. Mais

⁶ Dados elaborados pelos autores.

dois planos de estabilização foram aplicados durante o governo Sarney, o Plano Bresser, em 1987 e o Plano Verão, em 1989, ambos fracassam no seu objetivo.

Os anos 1990 iniciam com um novo governante, o ex-presidente Fernando Collor de Mello, que decretou dois planos de estabilização, o Plano Collor I, em 1990 e o Plano Collor II, em 1991, ambos fracassam. Com o *impeachment* do presidente, no final do ano de 1992, o seu vice, Itamar Franco, implementa um novo plano de estabilização, o Plano Real, que obtém êxito no controle inflacionário.

Os anos 1990 são marcados pela adoção definitiva do receituário neoliberal, inicialmente pelo Governo Collor e, posteriormente pelos Governos FHC – liberalização comercial e financeira, redução da participação do Estado na atividade econômica e a execução do processo de vendas de empresas estatais para o setor privado.

Durante todo o período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, até 1998, foi mantido o câmbio fixo. Contudo, no início do seu segundo mandato, em 1999, o regime de taxa de câmbio flutuante foi adotado. Com a adoção do câmbio flutuante, o governo cria o regime de metas inflacionárias; com isso, o Banco Central passa a conduzir a política monetária com o único objetivo de cumprir a meta inflacionária estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

No segundo mandato de FHC a condução da política macroeconômica foi baseada no chamado tripé: meta inflacionária, câmbio flutuante e superávit primário. O governo FHC tinha a crença de que a estabilidade macroeconômica era suficiente para garantir o crescimento econômico; ou seja, bastava que o país tivesse a inflação e as contas públicas sob controle e uma economia aberta comercialmente e financeiramente, para que o crescimento econômico viesse através de investimentos privados nacionais e internacionais. Esses investimentos viriam, na crença do governo, por causa de uma economia estável e com menor controle estatal. No entanto, o baixo crescimento durante os oito anos do governo, na ordem de 2,3%, em média, menor do que o da década de 1980, mostrou que a estabilidade macroeconômica não era suficiente para garantir um crescimento econômico razoável.

Em janeiro de 2003 inicia-se um novo governo com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. No seu início, o novo governo, herdando um orçamento aprovado no ano anterior, uma economia com uma inflação alta, muita incerteza e ainda muita instabilidade política, conduz a economia com a mesma orientação baseada no tripé macroeconômico: meta inflacionária, câmbio flutuante e superávit primário. Entretanto, houve uma forte mudança com relação às políticas sociais, e, desta forma, as transferências sociais foram ampliadas. O alcance do programa Bolsa Família mais do que triplicou de 2003 a 2010 (com um aumento de 258%). Outro fator muito importante de redistribuição de renda foi a política de aumentos reais do salário mínimo; o governo aumentava todo ano o salário mínimo pela variação da inflação somado a variação do PIB. As políticas sociais do governo Lula explicam o crescimento econômico de 2004 (5,7% do PIB) e de 2005 (3,2% do PIB). A partir de 2006, com a saída, em março, do ex-ministro Antônio Palocci, o governo Lula aumenta os seus gastos com investimento, principalmente em infraestrutura. As grandes empresas estatais também aumentam os seus investimentos, e o BNDES

aumenta, de 2006 a 2010, o seu volume de investimentos em 175%, chegando a 79,6 bilhões de reais em investimentos, em 2010.

Em 2007 o governo inicia o que se denominou de Programa de Aceleração de Crescimento. Com o PAC a média anual de investimento do governo foi de 26%; ou seja, o governo Lula, a partir de 2006, aplicou, na prática, uma política keynesiana, com um aumento do investimento público gerando um aumento do emprego e do consumo, que gera um aumento dos investimentos privados.

Com isso, podemos observar que o aumento das políticas de redistribuição de renda, o aumento, em termos reais, do salário-mínimo e o aumento do investimento público, encaixa o governo Lula, na prática, dentro das propostas defendidas pela corrente de pensamento denominada de social-desenvolvimentismo.

Podemos constatar que no governo Lula houve uma significativa redução dos níveis de pobreza e de pobreza extrema no Brasil, uma melhor redistribuição de renda em favor dos mais pobres e um significativo crescimento econômico de 4,1% ao ano, em média. Essa média anual sobe para 5,3% se excluirmos o ano de 2003, no qual o governo herdou uma crise deixada pelo governo anterior, e 2009, ano em que quase todas as grandes economias do mundo tiveram crescimento negativo.

No governo FHC constatamos o sucesso no controle da inflação. Mas, o crescimento econômico, que viria após a estabilização macroeconômica, não chegou e o país teve um crescimento econômico muito baixo, menor do que o da chamada década perdida.

Por fim, vimos que o Brasil cresceu, em média, durante 35 anos, de 1946 a 1980, 7,5% ao ano, com políticas desenvolvimentistas adotadas por governos de diferentes matizes ideológicos. Nos anos 1980 (década perdida) os governos abandonaram as políticas desenvolvimentistas e buscaram, sem sucesso, o controle da inflação. Nos anos 1990 e início dos anos 2000 (governos Collor, Itamar e FHC), foram adotadas, principalmente no governo Fernando Henrique Cardoso, políticas neoliberais em contraposição às políticas desenvolvimentistas. O resultado, dessas políticas neoliberais, foi um crescimento econômico muito baixo, de 2,3% ao ano, em média. Com a chegada de Lula ao governo o país volta a adotar políticas desenvolvimentistas e volta a ter um crescimento econômico significativo de 4,1% ao ano, em média, sendo que no último ano deste governo o PIB cresce 7,5%, lembrando os grandes crescimentos econômicos das décadas de 50, 60 e 70.

Referências

ARAUJO, Victor L. de. **O primeiro governo Lula (2003-2006):** retomada do crescimento e bonança internacional. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao1.Mesas1_10/Mesa4/042.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

ARAUJO, Victor L. de; GENTIL, Denise. **Além da macroeconomia de curto prazo:** notas sobre a debilidade estrutural da economia brasileira no período recente. Disponível em: <<http://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/123>>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

ARESTIS, Philip; De PAULA, Luiz F.; FERRARI-FILHO, Fernando. **A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/xwrGB7zxKxvkrLqLXGxyXRP/?lang=pt>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

BARROS< Thiago de S.; OLVEIRA PINTO, Felício. **Crédito, consumo e endividamento: Uma Análise Econômica do Segundo Governo Lula (2007-2010).** Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a14v35n05/14350408.html>>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

BATISTA JR., Paulo N.; **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BICHARA, Julimar da S.; CUNHA, André M.; FONSECA, Pedro Cezar D.; **O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?** Disponível em: <<https://www.revista.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2188>>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: Um desenho conceitual.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8mXfg5mkdfyjw5Y5bLXqxg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (org.). **Nação, câmbio e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/F8tmPL4Z7PBjDtnhzHV7hVm/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Brasil, sociedade nacional-dependente.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/cLkNQ8mHs7mdN7TqvHWvYkc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Capitalismo financeiro-rentista.** Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180003>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-Keynesiana ao novo desenvolvimentismo.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/LpbPCNnHcWBfkdmMyS9dt8z/?lang=pt#:~:text=Na%20pr%C3%A1tica%2C%20o%20desenvolvimentismo%20cl%C3%A1ssico,pol%C3%ADtica%20fiscal%20deve%20ser%20antic%C3%ADtica>>

.&text=A%20estrat%C3%A9gia%20b%C3%A1sica%20de%20desenvolvimento,modelo%20de%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20de%20importa%C3%A7%C3%B5es.>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo**. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300003>>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado e mercado no novo desenvolvimentismo**. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_estado_e_mercado_no_novo_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia do Brasil pós-1994**. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_macroeconomia_do_brasil_pos_1994.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Brasil e o novo desenvolvimentismo**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/BN4xMxTZCC7VzsRmzgjHXRQ/?lang=pt>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O segundo consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira**. Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.1590%2F0101-31572004-0665>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os três ciclos da sociedade e do Estado**. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/TEcto-Discuss%C3%A3o/403a-Tr%C3%AAs-ciclos-TD-308.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por que o Brasil cresce pouco desde 1990-1991**. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_332-brasil-cresce-pouco-desde-1990.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por um pensamento econômico heterodoxo dominante: um manifesto acadêmico**. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34837>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Proposta de desenvolvimento para o Brasil**. Disponível em: <[Economia Ensaios, Uberlândia, 38\(2\): 80-101, Jul./Dez. 2023
ISSN impresso: 0102-2482 / ISSN online: 1983-1994](https://pesquisa-</p></div><div data-bbox=)

eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_proposta_de_desenvolvimento_para_o_brasil.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Taxa de câmbio, doença holandesa e industrialização. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/303052324_Taxa_de_cambio_doenca_holandesa_e_industrializacao>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The exchange rate at the center of development economics. Disponível em: << <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200002>>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil? Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200008>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rep/a/m8PXcLXQtYJsYLtgVkh3djr/?lang=pt>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; De PAULA, Luiz F.; BRUNO, Miguel.

Financeirização, coalizão de interesses e taxa de juros no Brasil. Disponível em:

<<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/financeirizacao-coalizacao-de-interesses-e-tx-juros-ufjrj.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Por que a poupança externa não promove crescimento. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000100001>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Disponível em: << <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000400007>>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; RUGITSKY, Fernando. Industrial policy and exchange rate scepticism. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/324994688_Industrial_policy_and_exchange_rate_scepticism>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

CANUTO, O., FLEISCHHAKER, C. E SCHELLEKENS. In. RBCE – Revista da FUNCEX, janeiro/março de 2015. Disponível em: <

http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/122_OCCFPS.pdf>. Acesso em : 09 de julho de 2023.

CARCANHOLO, Marcelo D.; **Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula**. Disponível em:

<<https://www.madres.org/documentos/doc20100924142304.pdf>>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

CASTRO, J.A e MODESTO, L. (org.); **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios Volume 1**. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3248/1/livro_bolsafamilia2003-2010_vol1.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2023.

CINTRA, Marcos A. M.; **Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005**. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/kyYxJxvcRWWYRbWVvZbbbhJ/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

DATHEIN, Ricardo. **Estrutura Econômica, Gastos Sociais, Distribuição de Renda e Rentabilidade no Brasil entre 200 e 2015: Uma Análise de suas Relações e Determinação sobre o Crescimento Econômico**. Disponível em:

<<https://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/370>>. Acesso em 29: de setembro de 2021.

De PAULA, Luiz F.; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/CyfjQpS5pVdhJqdSGnwdxzG/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

FERRARI FILHO, Fernando. **O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico?** Disponível em:

<<https://www.researchgate.net/publication/335483536>>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

FILGUEIRAS, Luiz; et. Ali.; **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FLIGENSPAN, Flávio B.; **Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: avanços, impasses e um cenário de crescimento com exclusão**. Disponível em:

<<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1219>>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

GONÇALVES, Reinaldo. **Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em:

<<https://www.revistasep.org.br/index.phpqSEP/article/view>44>>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do século XX.**

Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas**. Disponível em:

<<https://www.proquest.com/openview/760815c1f786d3331fa7cbb57ab62035/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2045599>>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

PAULA, João Antônio de (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULANI, Leda M.; **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/sM4rKFKCQNc4wr634RBxMmC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

PAULANI, Leda M.; **A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4854788/mod_resource/content/0/PAULANI%20C%20L.%20M.%20282011%29.%20A%20inser%C3%A7%C3%A3o%20da%20economia%20brasileira%20no%20cen%C3%A1rio%20mundial%20uma%20reflex%C3%A3o%20sobre%20o%20papel%20do%20Estado%20e%20sobre%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20atual%20real%20C3%A0%20luz%20da%20hist%C3%B3ria..pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

PAULANI, Leda M.; **Brasil delivery: a política econômica do governo Lula**. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/92-4.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

PAULANI, Leda M.; **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda M.; **Não há saída sem a reversão da financeirização**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890004>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

PRATES, Daniela M.; **O regime cambial brasileiro de 1999 a 2008**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28126/S2010934_pt.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2021. *revistasep*

SARAIVA, Paulo; De PAULA, Luiz F.; MODENESI, André de M. M.; **Da grande moderação a grande recessão: algumas considerações acerca da construção e revisão do novo consenso macroeconômico a partir da crise de 2007-2008**. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2019v34n70p261>>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. **Política Macroeconômica, Crescimento e Distribuição de Renda na Economia Brasileira dos anos 2000**. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/OBSERVATORIO_6.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

SICSÚ, João. **Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula**. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643071>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

SICSÚ, João; OREIRO, José Luís; DE PAULA, Luiz Fernando. **Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. São Paulo: Manole, 2003.

SILVA, José A. da. **O Crescimento e a Desaceleração da Economia Brasileira (2003-2014) na Perspectiva dos Regimes de Demanda Neokaleckianos**. <https://www.researchgate.net/publication/339274574_O_crescimento_e_a_desaceleracao_da_economia_brasileira_2003-2014_na_perspectiva_dos_regimes_de_demanda_neokaleckianos>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016 (Coleção Estado de Sítio).

TEIXEIRA, Rodrigo A.; PINTO, Eduardo C.; **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>>>. Acesso em: 06 de outubro de 2021.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **Governo Lula: novas prioridades e desenvolvimento sustentado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003 (XV Fórum Nacional).